



**By @kakashi\_copiador**



# **SISTEMA DE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO (DECRETO 11.529/2023)**

Prof. Antonio Daud



# DECRETO 11.529/2023: NOÇÕES INICIAIS

Prof. Antonio Daud

## Decreto 11.529/2023

- ❑ Administração federal direta, as autarquias e fundações públicas
- ❑ Institui:
  - 1) SITAI, que é o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação
  - 2) Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal.



# **SITAI - SISTEMA DE INTEGRIDADE, TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO**

Prof. Antonio Daud

## objetivos do Sitai

- **coordenar e articular** as atividades relativas à **integridade**, à **transparência** e ao **acesso à informação**;
- **estabelecer padrões** para as práticas e as medidas de **integridade**, **transparência** e **acesso à informação**; e
- **aumentar a simetria de informações** e dados nas relações entre a administração pública federal e a sociedade.

## Definições

programa de integridade	conjunto de princípios, normas, procedimentos e mecanismos de prevenção, detecção e remediação de práticas de corrupção e fraude, de irregularidades, ilícitos e outros desvios éticos e de conduta, de violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que impactem a confiança, a credibilidade e a reputação institucional
funções de integridade	funções constantes nos sistemas de corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética, transparência e outras essenciais ao funcionamento do programa de integridade
plano de integridade	plano que organiza as medidas de integridade a serem adotadas em determinado período, elaborado por unidade setorial do Sitai e aprovado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade

## Estrutura do Sitai

Art. 5º, I - a Controladoria-Geral da União, como **órgão central**; e  
II - as **unidades** nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional **responsáveis pela gestão da integridade, da transparência e do acesso à informação**, como **unidades setoriais**.



## Órgão central do Sitai

Art. 7º, I - **estabelecer as normas** e os procedimentos para o exercício das competências das unidades integrantes do Sitai e as **atribuições dos dirigentes para a gestão dos programas** de integridade;

II - **orientar** as atividades relativas à **gestão dos riscos para a integridade**;

III - **exercer a supervisão técnica** das atividades relacionadas aos programas de integridade geridos pelas unidades setoriais, sem prejuízo da subordinação administrativa dessas unidades ao órgão ou à entidade da administração pública federal a que pertençam;

IV - **coordenar as atividades** que exijam **ações conjuntas** de unidades integrantes do Sitai;

V - **monitorar e avaliar a atuação** das unidades setoriais;

VI - **realizar ações de comunicação e capacitação** relacionadas às temáticas de integridade, transparência e acesso à informação;

## Órgão central do Sitai

- VII - dar ciência aos órgãos ou às entidades de fatos ou situações que possam comprometer o seu programa de integridade e recomendar a adoção das medidas de remediação necessárias;
- VIII - **planejar, coordenar, executar e monitorar** a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;
- IX - **estabelecer normas complementares** necessárias ao funcionamento do Sitai;
- X - desenvolver e disponibilizar procedimentos, padrões, metodologias e sistemas informatizados que permitam a disseminação, a obtenção, a utilização e a compreensão de informações públicas;
- XI - **monitorar o atendimento às solicitações de acesso à informação** e o cumprimento das obrigações de transparência ativa e de abertura de dados;
- XII - **estimular e apoiar** a adoção de medidas de integridade, transparência e acesso à informação para o fortalecimento das políticas públicas;

## Órgão central do Sitai

- XIII - **definir critérios e indicadores para a avaliação e o monitoramento** da implementação da Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;
- XIV - **promover o uso dos dados e das informações públicas pela sociedade** para a melhoria da gestão, das políticas e dos serviços; e
- XV - **identificar bases de dados e de informações de interesse público** e, conforme o caso, **sugerir às unidades setoriais a abertura** em transparência ativa.

## Unidades setoriais do Sitai

Art. 8º, I - **assessorar a autoridade máxima do órgão ou da entidade nos assuntos relacionados com a integridade, a transparência e o acesso à informação e com os programas e as ações para efetivá-los;**

II - **articular-se com as demais unidades do órgão ou da entidade que desempenhem funções de integridade** [corregedoria, ouvidoria, controle interno, gestão da ética, transparência e outras], com vistas à obtenção de informações necessárias à estruturação e ao monitoramento do programa de integridade;

III - **coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade;**

IV - **promover**, em coordenação com as áreas responsáveis pelas funções de integridade, a **orientação e o treinamento, no âmbito do órgão ou da entidade,** em assuntos relativos ao programa de integridade;

V - **elaborar e revisar**, periodicamente, o **plano de integridade;**

VI - **coordenar a gestão dos riscos para a integridade;**

## Unidades setoriais do Sitai

Art. 8º, VII - monitorar e avaliar, no âmbito do órgão ou da entidade, a implementação das medidas estabelecidas no plano de integridade;

VIII - **propor ações e medidas**, no âmbito do órgão ou da entidade, a partir das informações e dos dados relacionados com a gestão do programa de integridade;

IX - **avaliar as ações e as medidas relativas ao programa de integridade sugeridas pelas demais unidades do órgão ou da entidade**;

X - **reportar à autoridade máxima do órgão ou da entidade informações sobre o desempenho do programa de integridade** e informar quaisquer fatos que possam comprometer a integridade institucional;

XI - **participar de atividades que exijam a execução de ações conjuntas das unidades integrantes do Sitai**;

XII - **reportar ao órgão central as situações que comprometam o programa de integridade** e adotar as medidas necessárias para sua remediação;

## Unidades setoriais do Sitai

Art. 8º, XIII - supervisionar a execução das ações relativas à Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal;

XIV - monitorar o cumprimento das normas de transparência e acesso à informação no âmbito dos órgãos e das entidades;

XV - manter atualizadas as informações sobre os serviços de informação ao cidadão; e

XVI - manter atualizados o inventário de base de dados e a catalogação dos dados abertos no Portal Brasileiro de Dados Abertos.



# POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA E ACESSO À INFORMAÇÃO

Prof. Antonio Daud

## Política: princípios e objetivos

Art. 11, I - observância da **publicidade** como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - **amplo acesso** da sociedade às informações e aos dados produzidos, **custodiados** ou **acumulados** pela administração pública federal e **livre utilização desses dados** e dessas informações, independentemente de autorização prévia ou de justificativa;

III - **primariedade, integralidade, autenticidade e atualidade** das informações disponibilizadas;

IV - **tempestividade** no provimento de informações;

V - utilização de **linguagem acessível e de fácil compreensão**;

VI - **ênfase na transparência ativa** como forma de atender ao direito das pessoas físicas e jurídicas de terem acesso às informações e aos dados produzidos, custodiados ou acumulados pela administração pública federal;



## Política: princípios e objetivos (art. 11)

Art. 11, VII - observância das diretrizes:

- a) previstas na Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal, instituída pelo Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016;
- b) previstas na Política Nacional de Governo Aberto, nos termos do disposto no Decreto nº 10.160, de 9 de dezembro de 2019; e
- c) de Governo Digital e de eficiência pública, nos termos do disposto na Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021;

VIII - **foco no cidadão** para definição de prioridades de transparência ativa e abertura de dados e informações;

IX - **participação da sociedade** na formulação, na execução e no monitoramento das políticas públicas e no controle da aplicação de seus recursos;

X - **utilização de tecnologias de informação e de comunicação** para disseminação e incentivo ao uso de dados e informações;

## Política: princípios e objetivos (art. 11)

Art. 11, XI - compartilhamento de informações com vistas ao estímulo à pesquisa, à inovação, à produção científica, à geração de negócios e ao desenvolvimento econômico e social do País;

XII - melhoria da gestão das informações disponibilizadas pela administração pública federal para a provisão mais eficaz e eficiente de serviços públicos e para a prestação de contas adequada à sociedade;

XIII - **combate à corrupção** por meio da inibição da prática de atos ilícitos na administração pública federal e de desvios de conduta de agentes públicos; e

XIV - respeito à proteção dos dados pessoais.

# A Política de Transparência e acesso à informação compreende (art. 10):

## transparência passiva

- para garantir a prestação de informações em atendimento a pedidos apresentados à administração

## transparência ativa

- para garantir a divulgação de informações nos sítios eletrônicos oficiais

## abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela Administração Pública

- para promover pesquisas, estudos, inovações, geração de negócios e participação da sociedade no acompanhamento e na melhoria de políticas e serviços públicos

## 1) Transparência passiva

- ❑ Pedidos realizados por meio de **sistema eletrônico específico**
- ❑ **Sistema gerido pela CGU**

## 2) Transparência ativa (art. 12)

- ❑ divulgação de dados e informações nos sítios eletrônicos oficiais
- ❑ CGU manterá o **Portal da Transparência** do Poder Executivo Federal
- ❑ Unidades setoriais do Sitai fornecerão acesso gratuito aos dados necessários para alimentar o Portal (acordo com a CGU)
- ❑ Informação sigilosa: setoriais podem solicitar à CGU a restrição da publicação no Portal (divulgado somente as características gerais da informação e os fundamentos legais da restrição de publicação)
- ❑ Unidades setoriais que não tiverem as informações publicadas no Portal da Transparência por não utilizarem sistemas estruturantes do Governo federal  
→ ou publicarão as informações em **seus sítios eletrônicos** oficiais ou **proverão os dados** na forma e nos prazos estabelecidos pela Controladoria-Geral da União

# Transparência ativa (art. 14)

- I - o **orçamento anual** de despesas e de receitas públicas do Poder Executivo federal;
- II - a **execução das despesas e das receitas públicas**, nos termos do disposto na LRF (..)
- III - os **repasse de recursos federais aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal**;
- IV - os **convênios e as operações de descentralização de recursos** orçamentários em favor de pessoas naturais ou de organizações não governamentais de qualquer natureza;
- V - as **licitações e as contratações** realizadas pelo Poder Executivo federal;
- VI - as **notas fiscais eletrônicas** relativas às compras públicas disponíveis no Ambiente Nacional da Nfe (..)
- VII - as **informações sobre os servidores públicos federais e sobre os militares**, incluídos nome, detalhamento dos vínculos e remuneração;
- VIII - as **informações individualizadas relativas aos servidores inativos, aos pensionistas e aos reservistas** vinculados ao Poder Executivo federal, incluídos nome, detalhamento dos vínculos e remuneração;
- IX - as **viagens a serviço** custeadas pela administração pública federal;
- X - a **relação de empresas e de profissionais que sofreram sanções** que tenham como efeito a restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração;
- XI - a **relação das entidades privadas sem fins lucrativos** impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse, termos de fomento, (..); e
- XII - a **relação dos servidores da administração pública federal** punidos com demissão, destituição ou cassação de aposentadoria.

### 3) Dados abertos (art. 15)

*“dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento, limitando-se a creditar a autoria ou a fonte”*

❑ CGU: responsável pela gestão do **Portal Brasileiro de Dados Abertos**

## Política de Transparência e Acesso à Informação

### transparência passiva

p/ garantir a prestação de informações em atendimento a pedidos de acesso à informação

CGU → gestão do sistema eletrônico para registro e atendimento destes pedidos

pedidos de acesso à informação e suas respostas  
→ consulta aberta na internet

### transparência ativa

para garantir a divulgação de informações nos  
sítios eletrônicos oficiais

por meio do Portal da Transparência, mantido  
pela CGU (gestão de recursos do Governo  
federal)

### abertura de bases de dados produzidos, custodiados ou acumulados pela Administração Pública

para promover pesquisas, estudos, inovações,  
geração de negócios e participação da sociedade  
no acompanhamento e na melhoria de políticas e  
serviços públicos

CGU → gestão do Portal Brasileiro de Dados  
Abertos





# OBRIGADO